



Desafio 5 – Promover e proteger a alimentação adequada e saudável da população brasileira, com estratégias de educação alimentar e medidas regulatórias



AÇÕES REGULATÓRIAS

- Promover a adoção de medidas regulatórias, em âmbito federal, estadual e municipal, de acordo com suas competências, de produção, comercialização, oferta e publicidade de produtos alimentícios ultraprocessados para garantia de ambientes alimentares saudáveis.
- Avançar no processo de reformulação das normas sanitárias de forma a torná-las mais inclusivas aos alimentos de base familiar, tradicional e camponesa.
- Atualização, harmonização e monitoramento da lei e dos regulamentos que protejam a alimentação saudável nos três primeiros anos de vida, incluindo a NBCAL e regulamentos do MAPA (ex: compostos lácteos).



AÇÕES REGULATÓRIAS (cont.)

- Corrigir as distorções tributárias e aumentar impostos de alimentos ultraprocessados, a começar pelas bebidas adoçadas.
- Aprovar revisão da norma de rotulagem nutricional pela ANVISA, com adoção de rotulagem frontal de advertência como estratégia para garantir o direito à informação e induzir reformulação de produtos.
- Fortalecer o papel regulador da ANVISA.



PROMOÇÃO DA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL

- Fortalecimento e apoio a projetos de feiras livres e lançamento de editais para a promoção da produção orgânica e agroecológica.
- Regularizar a exposição de vídeos e materiais educativos em equipamentos públicos (UBS, metrô, prédio público, restaurante popular etc.).
- Lançamento de editais com experiências em SAN (estaduais e municipais).
- Melhoria na assistência técnica para agricultores familiares.



PROMOÇÃO DA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL (cont.)

- Garantir efetivamente a assistência técnica e extensão rural para a agricultura familiar e camponesa, suas organizações sociais, grupos de proprietários e povos e comunidades tradicionais.
- Estratégias de politização envolvendo as questões dos ambientes alimentares e saúde (ex: regulação, rotulagem, agrotóxicos, transgênicos etc.) para profissionais de saúde como um todo, bem como para equipes técnicas locais das diferentes políticas, por meio dos respectivos programas de formação, entre outras estratégias.



PROMOÇÃO DA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL NO AMBIENTE ESCOLAR

- Proibição de produtos ultraprocessados em cantinas e adjacências das unidades escolares.
- Cumprimento da legislação vigente, do CFN (465), no tocante ao quantitativo de nutricionistas por alunos.
- Criação de uma lei que regule o tema EAN na rede de ensino.
- Garantir ampliação de recursos do FNDE para equipar as unidades de alimentação das escolas com vistas à melhoria da qualidade da alimentação.



PROMOÇÃO DA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL NO AMBIENTE ESCOLAR (cont.)

- Firmar parceria com o Ministério Público (nas três esferas) para cumprimento das ações de SAN nas escolas.
- Fortalecer os Conselhos de Alimentação Escolar com estruturas necessárias (transporte, telefone, equipamentos de informática).
- Concurso para merendeiras e capacitação contínua/permanente.



CONTROLE DOS RISCOS RELACIONADOS AO CONSUMO DE ALIMENTOS E À EXPOSIÇÃO AO USO DE AGROTÓXICOS

- Garantir a efetiva atuação dos órgãos de saúde e de meio ambiente na regulação dos agrotóxicos, contaminantes e transgênicos, com destaque para a ANVISA e o IBAMA.
- Fortalecer as instituições públicas para a realização das reavaliações toxicológicas de ingredientes ativos (IAs) e resíduo de medicamento veterinário (RMV) e outros contaminantes.
- Instituir o Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos, PRONARA, PNaRA.



CONTROLE DOS RISCOS RELACIONADOS AO CONSUMO DE ALIMENTOS E À EXPOSIÇÃO AO USO DE AGROTÓXICOS (cont.)

- Fortalecer as instituições públicas de ensino, pesquisa e extensão para o exercício de suas competências no campo dos riscos relacionados à indústria dos agrotóxicos e transgênicos.
- Resgatar os critérios toxicológicos de exposição crônica a agrotóxicos na análise do PARA – Programa de Monitoramento de Resíduos de Agrotóxicos.





Desafio 6 - Controlar e Prevenir agravos decorrentes da má alimentação



1. Realizar ações de EAN com beneficiários do PBF (crianças e suas famílias) nas UBS e nos CRAS.
2. Fortalecer as culturas alimentares pelo estímulo ao consumo de alimentos regionais, respeitando as especificidades dos povos tradicionais.
3. Investir na qualificação dos profissionais da atenção básica quanto à prevenção e ao controle dos agravos nutricionais.

